



**Reunião Extraordinária da Assembleia  
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

**12.03.2012**

**Ata um/2012**

Ao décimo segundo dia do mês de Março de 2012, com início pelas dezoito, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a primeira reunião extraordinária de 2012 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----  
-----

**Ponto único:**

Reforma da Administração do Território -----  
-----

Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----  
-----

Estiveram ainda presentes, o Doutor Carlos Abreu Amorim, a Secretária Executiva, Teresa Taborda, Cristina Diogo e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----  
-----

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por pedir desculpa aos deputados presentes pelo facto de a reunião ter atrasado ligeiramente, mas essa situação foi em parte culpa da própria pois referiu ao Doutor Carlos Abreu Amorim que, provavelmente, não existiriam condições para iniciar a reunião antes das 18h00.-----  
-----

A Presidente da Mesa informou que tinham surgido alguns pedidos de suspensão de mandato, com faltas justificadas, contudo essa situação seria abordada na próxima reunião ordinária.-----  
-----

A Presidente da Mesa referiu ter convidado o Doutor Carlos Abreu Amorim, por entender ser a pessoa indicada para falar sobre esta matéria dado o conhecimento da mesma e o acompanhamento que tem vindo a ter neste processo. Foi dada a palavra ao Doutor Carlos Abreu Amorim que iniciou a sua intervenção dizendo que a Reforma Administrativa do Poder Local assenta em quatro eixos prioritários de atuação, com orientações estratégicas e metodológicas.-----  
-----

Referiu que a Reforma da Administração Local visava essencialmente promover uma maior proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos fomentando a descentralização administrativa e reforçando o poder local; valorizar a eficiência na

gestão e na afetação dos recursos públicos, de modo a potenciar economias de escala; melhorar a prestação do serviço público; considerar as especificidades locais e reforçar a coesão e competitividade Local.-----

Mencionou que a Reforma da Administração Local pretendia ser uma reforma de gestão, uma reforma do território e uma reforma política, sendo os seus quatro eixos de atuação:-----

- Eixo I – Setor Empresarial e Local-----
- Eixo II – Organização do Território-----
- Eixo III – Gestão Municipal, Intermunicipal e Financiamento-----
- Eixo IV – Democracia Local-----

No que diz respeito ao Eixo I, deu nota de que se pretendia elaborar um diagnóstico sobre o número de entidades que compõem o atual setor empresarial local, promovendo assim a redução do número de entidades e adequar o setor à sua verdadeira missão estratégica, a necessidade de elaborar um novo diploma para o setor empresarial local, bem como redimensioná-lo e fortalecê-lo através da redefinição do seu perímetro de atuação.-----

Quanto ao Eixo II, referiu que a ideia era realizar uma análise do atual mapa administrativo, promovendo a redução do atual número de freguesias. Disse ainda que não existem autarquias locais em mais parte nenhuma no mundo e que, fora de Portugal, ninguém conhece o termo autarquias locais.-----

Afirmou ainda que o mapa das freguesias não era mexido há já algum tempo, dizendo que havia a necessidade de adaptar as freguesias, pois existem freguesias a mais e desadaptadas.-----

No que diz respeito ao Eixo III, esclareceu que a ideia seria a de reformatar as competências dos diferentes níveis das divisões administrativas, estabelecendo novos quadros de atuação no âmbito dos municípios, CIM e outras estruturas associativas, procurando reforçar atribuições e competências, promover a eficiência da gestão pública com o intuito de gerar economias de escala no seu funcionamento.-----

Comentou que já estava a decorrer um projeto piloto em duas CIMs, a do Alto Minho e a de Aveiro. Referiu que o primeiro relatório era um relatório preliminar que tinha de ser apresentado em Abril. A ideia da apresentação deste relatório seria a de perceber se era possível dotar as CIMs com mais competências e quais. Referiu que as CIMs precisavam de uma nova lógica de funcionamento, uma nova missão, para racionalizar o associativismo municipal e ajudar a resolver problemas supramunicipais.-----

O Eixo IV é o único que não está no memorando da Troika. Surge de uma necessidade que vem de longe. Pretende promover o debate relativo a um novo enquadramento legal autárquico e adaptar as estruturas orgânicas municipais à nova geometria de gestão proposta no eixo 3 desta reforma, visando a racionalização na afetação de recursos.-----

Após esta intervenção a Presidente da Mesa da AI solicitou os deputados no sentido de identificar quem pretendia usar da palavra.-----

Foi dada a palavra ao deputado José Baptista que agradeceu a presença do Doutor Carlos Abreu Amorim. Referiu a asfixia em que as Câmaras Municipais se encontram e questionou sobre quais os poderes que podem ser dados às CIMs e qual o papel das juntas de freguesia.-----

O deputado Silvestre Pereira referiu estar de acordo com as intervenções proferidas pelo Doutor Carlos Abreu Amorim, contudo referiu ter imensa dificuldade em explicar esta situação aos munícipes. Gostaria de saber o que as CIMs vão ganhar com esta reforma.-----

O deputado Carlos Malaca, também pediu esclarecimentos sobre a possibilidade de

se ponderarem as comunidades inter-freguesias.-----

Após estas intervenções, o Doutor Carlos Abreu Amorim prestou alguns esclarecimentos sobre as questões levantadas, referindo que se enfrentava uma crise profunda, orçamental e financeira, considerando, contudo, que não iriam existir grandes mudanças. Referiu que iria haver muito dinheiro ao nível dos fundos comunitários e que as CIMs tinham de ter um papel determinante na gestão destes fundos que devem ser prioritariamente exercidos e decididos a nível local.-----  
Comentou ter de ser feita uma reforma a pensar no futuro, pois a atual geração não anda atrás de um Presidente de Junta de Freguesia. -----

Voltando às questões ao convidado, a Presidente deu a palavra ao deputado Luís Grácio que questionou a forma como as CIMs serão concebidas; se vão ter eleições diretas.-----

Foi dada a palavra ao deputado Ramiro Silva da bancada da CDU que, referiu que o tempo já era curto, e que tinha um texto preparado para ler, mas dado o tempo não o iria fazer, arranjando outros moldes para a sua intervenção.-----

Comentou que cada vez que se fala em reforma administrativa inevitavelmente se fala em reforma autárquica. Apreciou a frontalidade que ouviu do deputado Carlos Abreu de Amorim, quando referiu que ou se fechavam as freguesias ou se acabava o dinheiro.-----

Considerou esta situação abominável dizendo que o que estava em causa era a alteração do regime que nada tinha a ver com o dinheiro.-----  
Referiu que esta preocupação da reforma estava subjacente à alteração do regime. Bastava dizer que a proposta de lei n.º 44 apresentada pelo governo sobre a reorganização administrativa e autárquica tem 18 artigos dos quais dois são o objeto; dois são disposições finais, dois sobre reorganização dos municípios e doze sobre a extinção das freguesias. Face ao exposto concluiu que tal reforma tem como propósito extinguir um terço das freguesias. Disse de igual modo que foi dito nesta apresentação que, se não o fizermos as freguesias morrem, tendo referido que tinham sido dados alguns exemplos pelo deputado Carlos Abreu de Amorim, mas que, contrariamente, também podiam ser citados centenas de exemplos que referem o contrário. Disse que as freguesias morrem, situação que pode acontecer se retirarem os correios, as escolas, os postos de saúde, os transportes, os meios financeiros, contudo as pessoas continuam lá a viver e é a elas que se têm de dar respostas. Alertou que, com esta reforma, o que se pretende é que cada vez hajam menos jovens e que as populações vão todas para as cidades. Disse ter ouvido relatos dramáticos sobre estas questões e que são realidades que nem sempre são conhecidas.-----

Face ao exposto, terminou a sua intervenção referindo que os eleitos pela CDU pretendiam apresentar uma proposta a esta Assembleia Intermunicipal, pedindo que a assembleia apoiasse as conclusões do encontro nacional de freguesias proposto pela ANAFRE em 10 de Março sobre a reforma administrativa territorial e autárquica, apelando de igual modo a todos os eleitos autárquicos e à população em geral a participar nas iniciativas aprovadas.-----

A deputada Ana Cláudia Coelho referiu a questão das freguesias com a mesma identidade poderem vir a perder historicidade. Falou também na questão das competências, referindo não estarem claras as atribuições que vêm para as juntas de freguesia.-----

A Presidente da Mesa da AI deu de novo a palavra ao Doutor Carlos Abreu Amorim que prestou mais alguns esclarecimentos. Começou por transmitir que o documento da ANAFRE, referido pelo deputado Ramiro Silva, era absolutamente inconstitucional. -----

No que respeita à questão levantada pela deputa Ana Cláudia, comentou que as freguesias teriam de ser reclassificadas e que na política era preciso ter muita força e convicção.-----

Após as diversas intervenções, o Doutor Carlos Abreu Amorim passou a mensagem aos deputados de que estas reformas eram prioritárias e ambiciosas e que apostavam num modelo mais justo de financiamento, com maior proximidade, interação, participação e eficiência, sendo demonstrada esta situação pelos vários eixos estratégicos de atuação.-----

Através do poder local esta reforma visa o reforço do municipalismo, a promoção da coesão e a competitividade territorial.-----

Terminados as intervenções e os vários esclarecimentos do Doutor Carlos Abreu Amorim, a Presidente da Mesa da AI referiu a existência da proposta de deliberação apresentada pela CDU, sobre a qual a Assembleia deveria pronunciar-se. -----

Pediu para intervir o deputado José Baptista que sugeriu que o documento fosse discutido e votado na próxima reunião. -----

Tendo em atenção o adiantado da hora e a necessidade de discutir e votar, com a devida atenção, o referido documento, a Presidente da Assembleia aceitou a sugestão e solicitou a Assembleia no sentido da mesma, uma vez que este órgão reunirá, em sessão ordinária, até ao final do mês. -----

A concluir, a Presidente agradeceu, mais uma vez, a presença do Doutor Carlos Abreu Amorim, assim como a de todos os deputados, esclarecendo mais uma vez que iria ter lugar a 1.ª reunião ordinária de 2012, ainda no decorrer do presente mês, em data a acertar com o Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMT.--

Nada mais havendo a tratar, pelas 21h00 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.